

As especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, assim como os termos da Proposta de preços e instrumento substitutivo ao contrato, integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição. O contrato ou instrumento hábil que vier a substituí-lo, na forma do art. 62, caput e § 4º da Lei nº 8.666/93, regulará as demais especificações. O presente registro terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

Será realizada pesquisa periódica de mercado para comprovação da vantagem dos preços registrados nesta ata, a ser realizada pela administração. Belém, 05 de OUTUBRO de 2021.

Assinam:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Órgão Gerenciador

Fornecedor do Item 01

Fornecedor do Item 02

Protocolo: 715759

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA POR COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 05/2021- MPC/PA

PROCESSO Nº 2021/1013321

OBJETO: Aquisição de equipamentos e acessórios de áudio, vídeo e foto, conforme termos e condições que constam no edital e no Termo de Referência. DATA E HORA DA SESSÃO: 14/10/2021 às 09:00 (horário local) na plataforma do site <http://web.banparanet.com.br/cotacao/default.aspx> e não logrando êxito, no dia 15/10/2021, às 09:00h (horário de Brasília) na plataforma do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

COORDENADOR DE COMPRAS: Nazaré do Socorro Gillet das Neves

OBSERVAÇÃO:

Editais e anexos disponíveis nos sites: www.mpc.pa.gov.br/transparencia/licitacoes; www.banparanet.com.br/cotacao e www.compraspara.pa.gov/mural

Protocolo: 715985

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 3347/2021-MP/PJG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO a relocação da servidora Mayanna de Araújo Santiago, da 2ª PJ de Rondon do Pará para a PJ de Monte Alegre, conforme GEDOC nº 130227/2021;

CONSIDERANDO que a nomeação não implicará aumento de despesa com pessoal no Ministério Público do Estado do Pará,

R E S O L V E: NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, ANNA PAULA BARROSO NEVES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de 2ª entrância, MP.CPCP-102.3, a contar de 08/10/2021.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém/PA, 08 de outubro de 2021.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 715568

PORTARIA Nº 3375/2021-MP/PJG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 11137/2021;

CONSIDERANDO os termos da PORTARIA nº 1474/2011-MP/PJG, de 5/4/2011, publicada no D.O.E. de 8/4/2011, que regulamentou, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a concessão da Gratificação de Tempo Integral aos servidores da Instituição,

R E S O L V E: CONCEDER ao servidor EDUARDO NEIVA PINTO, ocupante do cargo de Técnico em Informática, lotado no Departamento de Informática, Gratificação de Tempo Integral, prevista no art. 137, § 1º, alínea "a", da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, durante o afastamento do servidor titular da referida gratificação, DIEGO RODRIGUES DE SOUZA, no período de 20 a 30/09/2021.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém/PA, 13 de outubro de 2021.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 3376/2021-MP/PJG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso VIII, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Pará), c/c o art. 19, inciso II, da Lei Estadual nº 5.810, de 24.01.1994;

R E S O L V E: DELEGAR a Exmª. Srª. Promotora de Justiça de 2ª Entrância CRISTINA MARIA DE QUEIROZ COLARES, atribuições específicas para, dar investidura no cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Segunda Entrância, MP.CPCP-102.3, a Sra. BIANCA DA COSTA PEREIRA, nomeada conforme a PORTARIA nº 3225/2021-MP/PJG, publicada no D.O.E em 07/10/2021.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém/PA, 13 de outubro de 2021.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 715926

PORTARIA Nº 3373/2021-MP/PJG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a instauração do procedimento de apuração da responsabilidade da empresa KAELE LTDA, em sua atuação no Contrato nº 122/2018-MP/PA, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos sem motorista, por quilometragem livre, sem combustível – item 01 (Região Administrativa Belém I e II), consubstanciado na Peça de Informação nº 016/2021-SGJ-TA (Protocolo SIP 8528/2021);

CONSIDERANDO que por meio do Ofício nº 101/2020/ST-MPPA, o Chefe do Serviço de Transporte deste Órgão Ministerial solicitou aplicação das sanções cabíveis à empresa KAELE LTDA, em razão da Empresa ter enviado apenas 03 notificações de atuação (AIT nº RA02249139, nº A524103464 e nº S014273828), porém, no decurso do tempo a Empresa encaminhou as noti-

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

Extrato de Contrato

Nº do Contrato: 23/2021 – MPC/PA

Modalidade de Licitação: Concorrência Pública Nº 001/2020-TJPA (Termo de Adesão à ARP nº 028/2020 – TJPA).

Partes: Ministério Público de Contas do Estado do Pará (CNPJ 05.054.978/0001-50) e Eficácia Projetos e Consultoria Ltda (CNPJ: 06.301.115/0001-00).

Objeto do Contrato: Elaboração de projetos de arquitetura e complementares.

Vigência: 05/10/2021 a 05/06/2022.

Valor do Contrato: R\$ 50.227,00 (Cinquenta mil, duzentos e vinte e sete reais)

Dotação orçamentária: Programa de Trabalho: 01.032.1493.8753.0000;

Natureza da Despesa: 44.90.51.00.

Fonte de recurso: 0101000000 – Recursos do Tesouro do Estado

Foro: Foro da Comarca de Belém, Estado do Pará.

Data da assinatura: 05/10/2021

Ordenador Responsável: Guilherme da Costa Sperry, Procurador Geral de Contas.

Protocolo: 715862

EXTRATO DE CONTRATO

Nº do Contrato: 09/2021

Modalidade de Licitação: Inexigibilidade nº 04/2021/MPC/PA

Partes: Ministério Público de Contas do Estado do Pará e a empresa Zênite Informação e Consultoria S.A., CNPJ nº 86.781.069/0001-15.

Objeto: Realização de curso in company intitulado "O que muda com a Nova Lei de Licitações? Destaques das principais novidades e alterações nas licitações e nos contratos".

Vigência: 10/06/2021 a 07/09/2021

Valor: R\$ 44.812,80 (quarenta e quatro mil, oitocentos e doze reais e oitenta centavos)

Nota de Empenho: 2021NE00219

Foro: Belém/PA

Data da Assinatura: 10/06/2021

Ordenador Responsável: Guilherme da Costa Sperry

*REPUBLICADO PARA RETIFICAR EXTRATO VEICULADO NO DOE Nº 34.609 DO DIA 11/06/2021, PROTOCOLO Nº 666038

Protocolo: 715864

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico

Número: 15/2021/MPC/PA

Processo Nº: 2021/224413

Objeto: Prestação de serviços de telefonia fixa comutada-STFC (PABX em comodato), nas modalidades Local, com Discagem Direta a Ramal (DDR) e Linhas Diretas, Longa Distância Nacional (LDN – intra-regional e inter-regional) para ligações originadas no edifício-sede do Ministério Público de Contas do Estado do Pará-MPC/PA, ou a ele destinadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Obtenção do Edital: Nos Sites: <https://comprasnet.gov.br/>, <https://www.mpc.pa.gov.br> ou <https://www.compraspara.pa.gov.br>.

Responsável pelo certame: Akyson Ferreira da Silva

Local de Abertura: No site <https://comprasnet.gov.br/>.

Data da Sessão: 04/11/2021

Hora da Abertura: 09:00 h (horário de Brasília)

Fonte de Recurso:

Programa de Trabalho: 01.032.1493.8515.0000

Natureza de Despesa: 33.90.39.00

Fonte de Recurso/Origem do Recurso Estadual: 0101000000

Ordenador: GUILHERME DA COSTA SPERRY – Procurador-Geral de Contas

*Republicado em razão de problemas no portal Comprasnet. Veiculado no DOE Nº 34.732, do dia 13/10/2021, PROTOCOLO Nº 715166.

Protocolo: 715890

ficações de penalidade em boleto bancário emitido no sistema da própria empresa para o pagamento de multa, deixando, assim, de enviar as notificações de atuação quanto as penalidades de multa (RA02202956, A524362360, RV2507672, R431603154, S019753480 E A525195160), além de outras notificações ainda não identificadas, inviabilizando ao órgão, a exercer a garantia do direito de interposição de recurso em face de tais penalidades de trânsito, previsto no art. 5º da LV da CF/1988 e art. 288 do CTB;

CONSIDERANDO que a conduta da empresa caracterizou o descumprimento das obrigações fixadas no item 8.4.2., da Cláusula Oitava do Contrato nº 122/2018-MP/PA, o que impõe à aplicação da penalidade de MULTA na ordem de R\$ 8.999,90 (oito mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos), nos termos da Cláusula Décima Terceira, item 13.2.2, inciso II e VI, do Contrato em apreço c/c art. 87, II, da Lei nº 8.666/93, conforme Parecer Jurídico nº 363/2021-Analista Jurídico, emitido pela Analista Jurídica da Atividade de Licitações e Contratos deste Órgão Ministerial; CONSIDERANDO que foi expedido o Ofício nº 091/2021-SGJ/MP/PA para comunicar à Empresa acerca da instauração do processo de penalidade e para assegurar o direito à ampla defesa, tendo a Empresa apresentado defesa prévia; CONSIDERANDO que, em sede de defesa, a Empresa alegou, em suma, que em nenhum momento recebeu notificação do MPPA sobre possíveis irregularidades para que então pudesse efetuar as correções necessárias, tornando nulo o processo administrativo de aplicação e penalidade a mesma; CONSIDERANDO que, em seguida, o Chefe do Serviço de Transportes refutou os argumentos apresentados, afirmando que o fiscal do Contrato à época dos fatos notificou por diversas vezes por meio de serviço eletrônico, e-mails, da necessidade do documento digitalizado de atuação de trânsito para possibilitar ao condutor/infrator a defesa prévia com posterior encaminhamento da notificação de penalidade, contudo tal conduta não foi atendida por parte da Empresa, ressaltando que a Empresa vinha ignorando tal recomendação, dando conhecimento das multas de trânsito somente através de boletos da própria empresa, para que o condutor já realizasse o pagamento. Logo, concluiu que foi desatendida a necessária notificação de atuação e penalidade do infrator, mostrando-se ilegal a requisição do pagamento de multas, conforme procedeu a Empresa KAELE LTDA, uma vez que tal conduta impede o MPPA de exercer seu direito de defesa e apresentar recurso de tais multas;

CONSIDERANDO que a Analista Jurídica da Atividade de Licitações e Contratos deste Órgão Ministerial, no Parecer Jurídico nº 520/2021-Analista Jurídico, manifestou-se novamente pela aplicação da sanção de MULTA de 5% do item adjudicado, perfazendo a quantia de R\$ 8.999,90 (oito mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos), tendo em vista não terem sido apresentados fatos novos que elidam a sanção indicada inicialmente; CONSIDERANDO a supremacia do interesse público e os princípios da legalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade;

R E S O L V E:
I - APLICAR, à Empresa KAELE LTDA, a sanção de MULTA de 5% do item adjudicado, perfazendo a quantia de R\$ 8.999,90 (oito mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos), nos termos da Cláusula Décima Terceira, subitem 13.2.2, incisos II e VI do Contrato nº 122/2018-MP/PA c/c art. 87, II, da Lei nº 8.666/93.
II - Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
Belém/PA, 13 de outubro de 2021.
CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 715778

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 3372/2021-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do Ofício n.º 030/2021-MPPA/PJDPMA, de 29/06/2021, protocolizado no "SIP" sob o n.º 9130/2021, em 29/06/2021, **R E S O L V E:**

DESIGNAR o Promotor de Justiça DOMINGOS SÁVIO ALVES DE CAMPOS para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de Coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém, durante as férias do titular, SANDRO RAMOS CHERMONT, no período de 01 a 15/07/2021.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
Belém, 13 de outubro de 2021.
CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 3374/2021-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do requerimento protocolizado no "SIP" sob o n.º 14620/2021, em 30/09/2021, **R E S O L V E:**

I - DISPENSAR, a contar de 01/10/2021, a Promotora de Justiça SABRINA MAMEDE NAPOLEÃO KALUME da função de Coordenador das Promotorias de Justiça de Castanhal, designada pela PORTARIA n.º 283/2021-MP/PGJ, de 05/02/2021, publicada no D.O.E. de 15/02/2021.

II - LOUVAR a colaboração, a competência, a dedicação e a lealdade com que a Doutora Sabrina Mamede Napoleão Kalume se houve no desempenho das atribuições de referida função.

III - DESIGNAR a Promotora de Justiça CRISTINA MARIA DE QUEIROZ COLARES para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de Coordenador das Promotorias de Justiça de Castanhal, no período de 01/10 a 31/12/2021.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
Belém, 13 de outubro de 2021.
CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 715728

CONTRATO

Nº. do Contrato: 095/2021-MP/PA

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico n.º 031/2021-MP/PA.
Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a BIOCHEMIE BIOTECNOLOGIA S/A,, portadora do CNPJ/MF nº. 33.543.219/0001-96
Objeto: O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de exames laboratoriais para a comprovação de paternidade pela análise de DNA, visando subsidiar os Procedimentos Extrajudiciais de Reconhecimento de Paternidade, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, conforme especificações neste instrumento
Data da Assinatura: 07/10/2021.
Vigência: 14/10/2021 a 14/10/2022
Valor Global: R\$ 72.160,00 (Setenta e dois mil cento e sessenta reais).
Dotação Orçamentária:
Classificação: 12101.03.091.1494.8758 – Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais;
Elemento: 3390-39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;
Fonte: 0101 - Recursos Ordinários.
Foro: Belém.
Ordenador responsável: Dr. CESAR NADER BECHARA MATTAR JUNIOR
Protocolo: 715561

Nº. do Contrato: 088/2021-MP/PA

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico n.º 031/2021-MP/PA.
Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa LABORATÓRIO BIOVIDA DNA EXAMES,, portadora do CNPJ/MF nº. 10.814.997/0001-77
Objeto: O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de exames laboratoriais para a comprovação de paternidade pela análise de DNA, visando subsidiar os Procedimentos Extrajudiciais de Reconhecimento de Paternidade, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, conforme especificações neste instrumento
Data da Assinatura: 27/09/2021.
Vigência: 14/10/2021 a 14/10/2022
Valor Global: R\$ 101.600,00, (Cento e um mil e seiscentos reais).
Dotação Orçamentária:
Classificação: 12101.03.091.1494.8758 – Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais;
Elemento: 3390-39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;
Fonte: 0101 - Recursos Ordinários.
Foro: Belém.
Ordenador responsável: Dr. CESAR NADER BECHARA MATTAR JUNIOR
Protocolo: 715560

Núm. do Contrato: 106/2021-MP/PA

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação n. 034/2021-MP/PA.
Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa SÃO MIGUEL TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA (CNPJ nº 13.400.311/0001-90).
Objeto: Prestação de serviço de acesso à internet para a Promotoria de Justiça de São Francisco do Pará/PA.
Data da Assinatura: 13/10/2021.
Vigência: 14/10/2021 a 14/10/2022.
Valor global: R\$ 2.059,88 (dois mil, cinquenta e nove reais e oitenta e oito centavos).
Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.091.1494.8758. Elemento de Despesa: 3390-40.
Fonte: 0101.
Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém.
Ordenador responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 715593

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 072/2021-MP/PA

Núm. do Termo aditivo: 1º

Núm. do Contrato: 072/2021-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa TORINO INFORMÁTICA LTDA.
Objeto: Aquisição de computadores do tipo WORKSTATION (estações de Trabalho) de alto desempenho, com 02 (dois) monitores (item 02), para atender as demandas do MPPA.
Justificativa do Aditamento: Acréscimo ao subitem 3.1, constante da Cláusula Terceira do Contrato Original, de 05 (cinco) computadores do tipo WORKSTATION, conforme o disposto no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/1993 e Cláusula Sexta, item 6.1. do Contrato nº 072/2021.
Data de Assinatura: 13/10/2021.
Vigência do Aditamento: -
Valor do Aditamento: R\$ 85.055,00 (oitenta e cinco mil e cinquenta e cinco reais).
Dotação Orçamentária:
Atividade: 12101.03.122.1434.8760 – Governança e Gestão.
Elemento de despesa: 4490-52 – Equipamentos e Material Permanente .
Fonte de Recurso: 0101 – Recursos Ordinários.
Ordenador Responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 715677